Missão: Formar profissionais comprometidos com o serviço a Deus e à comunidade.

PLANO SEMESTRAL DE ENSINAGEM

CURSO	PERÍODO/ANO
Direito	5°/2025.1
MÓDULO DE APRENDIZAGEM	**DOCENTE (S)**
Processo Constitucional	**Sheila Martins**

CRÉDITOS/ CARGA HORÁRIA						
CRÉDITOS	**TEÓRICA (h)**	**PRÁTICA (h)**	**TDE (h)**	**DIGITAL (h)**	**EXTENSÃO (h)**	**TOTAL (h)**
02	**40h**	**--h**	**--h**	**--h**	**--h**	**40h**

EMENTA
Conceito de Jurisdição Constitucional. Modelos históricos de Controle de Constitucionalidade. Modelos de Controle de Constitucionalidade no Brasil e a "Abstrativização" do Controle Difuso. Ações de Controle de Constitucionalidade (ADI, ADC, ADPF, ADI por Omissão, ADI Interventiva). Precedentes Judiciais e a Súmula Vinculante. Ações de Tutela dos Direitos Fundamentais: *Habeas Corpus, Habeas Data*, Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, Ação Popular, Ação Civil Pública e Reclamação. Os Desafios do Ativismo Judicial diante da Omissão Inconstitucional.

CÓDIGO DA COMPETÊNCIA (CC)	COMPETÊNCIAS/PERFIL DO EGRESSO
CG03	Demonstrar disposição, autocrítica e compromisso pessoal com o ato de aprender continuamente para lidar com situações previstas e imprevistas.

CG04	Fazer uso do raciocínio lógico, analítico e visão sistêmica para interpretar fenômenos organizacionais, sociais e jurídicos, resolver problemas, dar orientações e tomar decisões balizadas pela ética e exercício cuidadoso da cidadania, assumindo as responsabilidades decorrentes delas de modo a prevenir situações que ponham em risco pessoas, materiais e meio ambiente.
CE01	Assumir atitude investigativa em espaços jurídicos e não jurídicos, contemplando a diversidade de fenômenos e métodos de pesquisa, tendo em vista o desenvolvimento e/ou transformação da realidade estudada.
CE02	Atuar em múltiplos espaços jurídicos e não jurídicos, a partir da análise reflexiva entre o ordenamento legal hodierno e as bases antropológicas, filosóficas, históricas e sociológicas, promovendo uma atuação ética no campo prático que levará em consideração a diversidade e a pluralidade cultural. Possuir capacidade de utilizar as tecnologias em favor das práticas jurídicas.

PROCEDIMENTOS PARA ABORDAR A RELAÇÃO FÉ E ENSINO

Serão oportunizadas atividades que desenvolvam a fidelidade, honestidade e comprometimento.

UNIDADES DE APRENDIZAGEM

- Controle de constitucionalidade: teoria geral e controle difuso – i) controle de constitucionalidade; ii) formas de inconstitucionalidade; iii) formas de controle de constitucionalidade; iv) controle difuso de constitucionalidade.
- Controle de constitucionalidade concentrado – i) Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade; ii) Arguição de descumprimento de preceito fundamental; iii) Ação direta de inconstitucionalidade por omissão; iv) Controle normativo abstrato em seara estadual; v) Representação interventiva.
- Ações constitucionais – i) Habeas corpus; ii) habeas data; iii) mandado de segurança; iv) mandado de injunção; v) ação popular.

ESTRATÉGIAS DE ENSINAGEM

As estratégias de ensinagem presentes neste módulo, pautam-se no protagonismo e autonomia discente, à medida que as aprendizagens são construídas. Deste modo, são incorporados os elementos de referência do currículo, tais como: flexibilidade, interdisciplinaridade, transversalidade, replicabilidade e transferibilidade. A diversidade de estratégias se dá a partir da relação entre as evidências das competências e as unidades de aprendizagem. Espera-se que fazendo uso das estratégias descritas a seguir, os estudantes aprendam de modo ativo e duradouro. Vale ressaltar, que considerando os ritmos individuais e os processos de construção grupal, serão garantidas as acessibilidades comunicacional, digital, instrumental e metodológica.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
A avaliação é compreendida neste módulo numa perspectiva formativa, incluídos processos de monitoramento e automonitoramento da aprendizagem e outros instrumentos, tendo em vista o desenvolvimento progressivo de competências, com pontuação máxima de 10 pontos. A recuperação das atividades eventualmente não realizadas, por motivos devidamente justificados, serão aplicadas novamente durante o próprio semestre, em acordo (prazos de entrega) com o docente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. **Curso de Processo Constitucional - Controle de Constitucionalidade e Remédios Constitucionais**, 4ª edição. Rio de Janeiro- RJ: Grupo GEN, 2016. 9788597006056. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006056/.
- SALEME, Edson R. **Direito constitucional**. Santana do Parnaíba- SP: Editora Manole, 2022. 9786555766370. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555766370/.
- STRECK, Lenio L. **Jurisdição Constitucional**. Rio de janeiro: Grupo GEN, 2019. 9788530987497. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987497/.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- LUNARDI, Soraya. **Teoria do processo constitucional: análise de sua autonomia, natureza e** elementos. São Paulo: Grupo GEN, 2013. 9788522478361. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478361/.
- MELO, Milena Barbosa; SILVA, Sílvia Cristina; ELTZ, Magnum K. de F.; et al. **Instituições dos Processos Administrativo e Constitucional**. São Paulo: Grupo A, 2018. 9788595023994. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023994/.
- NUNES, Vidal Serrano N.; SCIORILLI, Marcelo. **Manual de Processo Constitucional: Mandado De Segurança - Ação Civil Pública Ação Popular Habeas Data - Mandado De Injunção, ADIN**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2021. 9786556273112. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556273112/.
- MOTTA, Sylvio**. Direito Constitucional**. Rio de janeiro: Grupo GEN, 2021. 9788530993993. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993993/.

- SARLET, Ingo W.; MITIDIERO; DANIEL; MARINONI, Luiz G. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Editora Saraiva, 2020. 9788553619344. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619344/.

REFERÊNCIAS PARA APOIO/APROFUNDAMENTO

- MARTINS, Ricardo Marcondes. Poder judiciário e estado de exceção: direito de resistência ao ativismo judicial. **Revista de investigações Constitucionais**. Paraná. v.8, n. 2, p. 457-487, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/NK3hnVdSMfvLt9bwqJ9fpnM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 29 de março de 2023.